

## **A Contratação de Imigrantes Europeus para o Trabalho na Mineração Aurífera em Minas Gerais na Segunda Metade do Século XIX**

Rafael de Freitas e Souza: Doutor em História Social (USP). Professor do IF Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba

### **Resumo**

O presente trabalho analisa as características da 2ª fase da introdução de imigrantes em Minas Gerais ocorrida a partir da promulgação da Lei n. 32 de 18 de julho de 1892. Em primeiro lugar, estuda as condições do mercado de trabalho em Minas no período pós-1888; em seguida, levanta as condições físicas da Hospedaria de Imigrantes situada na cidade de Juiz de Fora onde os imigrantes eram provisoriamente instalados para, em seguida, serem contratados pelos fazendeiros e/ou as companhias auríferas inglesas.

### **Introdução**

A introdução dos trabalhadores livres europeus no Brasil na segunda metade do século XIX ocorreu quando ainda vigorava o trabalho escravo. As razões para esta inovação nas relações de trabalho no campo e nas cidades já foram exaustivamente discutidas na bibliografia histórica e não podemos aqui entrar nas numerosas controvérsias de sua interpretação. Nosso objetivo é abordar, especificamente, sua inserção nas minas inglesas instaladas em Minas Gerais (especialmente na Mina da Passagem), enfocando os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais deste fenômeno.

José Murilo de Carvalho apresentou as razões que levaram a lei de terras de 1850 (regulamentada em 1853) a relativo fracasso: resistência dos proprietários, a falta de agrimensores e engenheiros e o elevado custo da medição das terras. A lei não conseguiu provocar a expropriação coletiva dos meios de produção daqueles que dependiam da terra e vinham ocupando-a como posseiros há séculos. Até 1866 permaneceu letra morta quando muitas terras públicas continuavam sendo ocupadas. Por isso, “a imigração passou a ser feita através de verbas orçamentárias”.<sup>1</sup>

A necessidade de importação de mão-de-obra estrangeira está associada também à conjuntura do tráfico negreiro a partir de 1850. A proibição do comércio de escravos neste ano

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José Murilo de. Modernização frustrada: a política de terras no Império. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 1, março de 1981, p. 51.

provocou a paulatina escassez do suprimento externo e a elevação dos preços de venda e aluguel, onerando os proprietários.

A abolição da escravidão em 1888 acabou por lançar no mercado nova massa de trabalhadores, os chamados “negros 13 de maio”. Privados dos meios de produção, muitos dos ex-escravos continuaram a trabalhar nas minas junto aos novos empregados. A erradicação do trabalho escravo intensificou a necessidade de prover, maciçamente, Minas Gerais com novo tipo de trabalhador que conjugasse as virtudes e vantagens do próprio escravo, do trabalhador especializado europeu e do obreiro nacional: disciplina, operosidade, assiduidade, baixa remuneração e, se possível, conhecimento técnico. Os proprietários ingleses da Mina da Passagem esperaram encontrá-las reunidas nos imigrantes europeus.<sup>2</sup>

O quarto aspecto a ser observado nesse campo é que, embora a saída encontrada por grande parcela de homens livres pobres tenha sido se proletarizar nas fazendas e minas, o crescimento da economia mineira continuava carente de mão-de-obra. Ou seja, o processo de disciplinamento dos ex-escravos e dos homens livres pobres estava caminhando a passos largos para seu desfecho.

É preciso esquivar-se do monismo da causa e do economicismo, pois além de suprirem a “falta de braços” para a lavoura e indústrias esperava-se, por intermédio destes imigrantes, promover o “branqueamento” da nação e contribuir para “a regeneração dos costumes nacionais, mediante o exemplo do trabalho fecundo”.<sup>3</sup> Tarefa que não poderia ser cumprida pelos asiáticos. A imigração européia promovida e financiada pelo Estado de Minas Gerais no final do século XIX coroou este processo possibilitando aos proprietários prescindirem da exclusiva oferta de trabalho local acirrando a tendência de elevada oferta de mão-de-obra e baixa remuneração dos trabalhadores.

Preteriremos do estudo do contexto sócio-econômico dos países europeus fornecedores de cidadãos para a América, assim como das condições de vida durante a travessia do Atlântico em navios superlotados que comportavam de 1.000 a 1.500 pessoas: fome, maus-tratos, doenças, tempo de travessia, dentre outros aspectos.<sup>4</sup>

Não obstante, não se deve perder do horizonte esta ambiência social, pois ela elucida o estado de espírito, condições salútares e falta de bens com que aqui aportaram estes trabalhadores. Interessa tão-somente a chegada no porto do Rio de Janeiro, o contato com as

---

<sup>2</sup> Em toda documentação averiguada não encontramos trabalhadores asiáticos (chineses e japoneses) na Mina da Passagem, tal como ocorreu em Morro Velho.

<sup>3</sup> MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas pelo Secretário de Estado de Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Cidade de Minas: Imprensa Official de Minas Geraes. 1899, p. 48.

<sup>4</sup> Há autores que traçam paralelo entre as condições dos navios negreiros e aqueles que transportavam os imigrantes. Cf. KLEIN, H. S. *The Middle Passage: comparative studies in the atlantic slave trade*. Princeton, 1978.

autoridades mineiras, a estadia na Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora e a posterior mudança para Passagem de Mariana e sua mina. Vale lembrar que nem todos os imigrantes que se dirigiram para esta localidade tornaram-se mineiros; muitos exerceram ocupações como agricultores, comerciantes, sapateiros, padeiros, dentre outras.

Para suprir esta carência de mão-de-obra, antes mesmo da abolição foi aberto o processo migratório para Minas Gerais. Inicialmente, de acordo com Carla Anastasia, a iniciativa não foi bem sucedida, pois “até agosto de 1883 somente duas centenas de imigrantes haviam entrado em Minas Gerais”.<sup>5</sup> A **Lei n. 2819 de 1887** autorizou o governo a dispor auxílio aos imigrantes, a criar núcleos coloniais e a construir a Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora. Inicia-se também a propaganda do Estado na Europa. A Inspetoria de Imigração de Minas Gerais criada em 1888 foi “suprimida por **Decreto de 7 de dezembro de 1889** em razão de achar-se interrompida a corrente immigratória para este Estado”.<sup>6</sup> Por este fator, somente na última década do século XIX o processo migratório para Minas foi regulamentado, embora houvesse pequena imigração espontânea anterior.

É neste contexto, quando a abolição era ainda recente e suas marcas ainda se faziam presentes nas relações de trabalho e na sociedade como um todo, que em 1892 a Secretaria dos Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de Minas Gerais chefiada por David Moretzsohn Campista enviou para todas as cidades de Minas um questionário, anexo à circular de 17 de setembro, contendo questões relativas aos “Braços úteis à Sociedade”, imigração, emigração e salubridade.<sup>7</sup>

Na cidade de Mariana, apenas os Conselhos de São Domingos e Furquim cumpriram à determinação estadual. Não obstante a baixa representatividade, as respostas foram significativas. Ambos os distritos marianenses atestaram a falta de trabalhadores, que não vinham praticando nenhum meio de obtê-los e que não havia nenhum movimento migratório para a zona. Enquanto São Domingos preferiu as nacionalidades espanhola e alemã, Furquim escolheu a inglesa.

Na última década do século XIX a *The Ouro Preto Gold Mines*, tal qual os agricultores, sentia falta de braços para o trabalho. Em 1891 o secretário Henry Ward anotara que “great difficulty has been experienced in obtaining labour”.<sup>8</sup> Dois anos depois, o

---

<sup>5</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. A imigração italiana em Minas Gerais (1896-1915). In: DE BONI, Luis Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Vol. II. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990, p. 220.

<sup>6</sup> MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1893, p. 212.

<sup>7</sup> *Idem*. 1893, p. 8-67.

<sup>8</sup> “grande dificuldade tem sido experimentada na obtenção de trabalho”. In: *AR*. 1891, p. 4.

superintendente Henry J. Gifford também lamentou a carência de mão-de-obra. Diz ele: “la main-oeuvre est toujours insuffisante et parfois il a fallu envoyer des agents recruter des ouvriers; mais il y a eu assez pour permettre d’effectuer les travaux d’exploration et autres indispensables”.<sup>9</sup>

Diante deste urgente problema e atendendo à pressão dos proprietários, o governo do Estado regulamentou o provimento de trabalhadores europeus através da **Lei n. 32 de 18 de julho de 1892** “elaborada no intuito de auxiliar e reorganizar a lavoura pela concorrência de trabalhadores estrangeiros (...) attento ao mallogro conhecido de tentativas anteriores para a introdução de imigrantes entre nós”.<sup>10</sup> A referida lei autorizou o governo estadual a despender a quantia de 5 mil contos nesta operação, enquanto a receita não atingia 10 mil contos. A epidemia de cólera na Europa e a Revolta da Armada retardaram sua aplicação.

O **Decreto n. 612 de 6 de março de 1893** “fixou os favores que seriam concedidos a particulares ou empresas<sup>11</sup> que introduzissem imigrantes, traçou as regras de fiscalização pelo estado e lançou as bases da colonização”.<sup>12</sup> Criou também os postos de Superintendente e emissários de imigração na Europa e na Ásia. Organizou ainda seis distritos de imigração; Mariana pertencia ao 3º Distrito, cuja sede era a cidade de Saúde.

Para seduzir os emigrantes, o Estado de Minas contou com a publicação de obras de cunho laudatório acerca das riquezas e vantagens que aqueles somente poderiam encontrar nas fazendas e cidades de Minas. O próprio David Campista redigiu um opúsculo intitulado *Lo Stato di Minas Geraes - Informazioni utili agli emigranti, operai e capitalisti*, publicado em Gênova. Escrito “no methodo de exposição socrática”, traz em cerca de 80 páginas a posição geográfica, hidrografia, fertilidade do solo, clima, população, costumes, língua, religião, agricultura, riquezas minerais, instrução pública, leis sobre imigração, carta geográfica e várias vistas de fazendas, cidades e dos principais edifícios da nova capital.<sup>13</sup>

---

<sup>9</sup> “a mão-de-obra é sempre insuficiente e à vezes foi necessário enviar agentes para recrutar operários; mas foi o bastante para permitir efetuar os trabalhos de exploração e outros indispensáveis”. In: *AR*. 1893, p. 31.

<sup>10</sup> MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1893, p. 212.

<sup>11</sup> Em 1897 o Estado já não tinha contratos com empresas. Cuidava ele mesmo através da Superintendência na Europa do aliciamento, escolha e fiscalização do serviço de imigração. O transporte era feito através de companhias de navegação com as quais o Estado negociava diretamente a redução dos custos.

<sup>12</sup> MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1894, p. 59.

<sup>13</sup> *RIMG*. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de agosto e 15 de setembro de 1896, Anno III, n. 20 e 21, p. 245.

O Estado oferecia ao estrangeiro e sua família “passagem gratuita, desde o ponto de saída fora do Estado até ao da collocação definitiva nelle”.<sup>14</sup> Para realizar o pedido, o peticionário devia dispor de meios de alimentação, casas “bem collocadas, em logar enxuto, ventiladas, bem cobertas, si tem água para o serviço doméstico, si satisfazem as condições hygienicas”, informar se “o gênero da cultura ou a qualidade de industria explorada na fazenda ou estabelecimento, dão ou podem dar bons resultados no logar”; e ainda se o modo de remuneração prometido é “regular, conforme os usos adoptados e assegura a subsistência aos colonos”.<sup>15</sup> O contrato assinado com a empresa Jacomo N. Vicenzi e Filho previa a introdução de 20% de mulheres no contingente total.<sup>16</sup>

O proprietário podia também contratar imigrantes introduzidos por outro, tendo para isso que pagar as despesas, caso não tivessem sido saldadas por este. O proprietário ficava isento de pagar pelos imigrantes que fossem inválidos e inaptos para o trabalho como criminosos (“desordeiros e gatunos”) ou mendigos. Além dos evidentes problemas sociais que causariam, este tipo de imigrante era considerado incapaz de fazer retornar seus custos aos cofres públicos por meio da cadeia produtiva onde seria inserido. Se o braço imigrante significa trabalho, este deve se traduzir por produção e esta por arrecadação de impostos.

Mas, no ano seguinte à promulgação da lei, problemas internos de ordem política e a incidência de cólera na Europa retardaram a instalação da corrente imigratória. Apesar dos esforços, “todos os pedidos feitos até 31 de dezembro de 1893, não excederam de 22, referentes a 58 famílias 309 indivíduos”.<sup>17</sup> Destes, nenhum imigrante foi para a *The Ouro Preto Gold Mines*. Apenas a *The St. John d’el Rey Mining Company* pediu a introdução de 150 portugueses, cuja ordem de introdução data de 24 de agosto de 1893.<sup>18</sup> A 21 de outubro do mesmo ano esta mesma companhia recebeu mais 9 famílias alemãs.

Outro importante fator contribuiu para este fracasso inicial. Os proprietários se recusaram a despende capital no pagamento das passagens. Diante deste obstáculo, o Estado

---

<sup>14</sup> MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais, 1894, p. 60.

<sup>15</sup> Idem, p. 62.

<sup>16</sup> Vigorou de 2 de junho de 1893 a 3 de junho de 1896. Outros contratos temporários foram celebrados também com as empresas de Camilo Cresta, Silva Sanches, Cavenzi e Gallezi, Gustavo Garotti e a Companhia francesa Transports Maritimes .

<sup>17</sup> MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais, 1894. Idem, p. 63.

<sup>18</sup> Idem. 1894, p. 64s. Mas, até o dia 13 de setembro apenas 9 dos 50 imigrantes embarcados no paquete inglês *Magdalena* chegaram à estação de Honório Bicalho, conforme relato do fiscal do primeiro distrito de imigração, Estevam de Oliveira – Cf. MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais, 1894. Anexo B, p. 69.

associado a algumas Câmaras, descentralizou o processo de introdução, criando hospedarias regionais, repassando aos municípios as despesas do transporte, alojamento, alimentação, médico, medicamento e outras. Os gastos com o combate às epidemias correriam por conta do Estado. Ou seja, tratava-se de reduzir ao máximo o custo do trabalho para os novos empregadores. O objetivo foi finalmente alcançado através do **Decreto n. 786 de 15 de outubro de 1894** que determinou que as passagens dos imigrantes fossem integralmente pagas pelo Estado.<sup>19</sup>

### **A Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora**

Desembarcados no porto do Rio de Janeiro, os imigrantes que se destinavam para a agricultura, domicílios e empresas mineradoras de Minas Gerais eram conduzidos, numa viagem coberta em 27 horas, para a Hospedaria Central de Imigrantes (Hospedaria Horta Barbosa) localizada há cerca de 2 km do centro de Juiz de Fora. Fundada em 1888, “é um vasto e sólido edifício, construído a expensas da província de Minas, com acomodações para alojar 2.200 pessoas”.<sup>20</sup> Esta “expansão e solidez” não a imunizaram das sucessivas epidemias que vitimavam parcela dos imigrantes nela adentrados para aguardar a transferência. Ali deparavam-se com “más condições higiênicas (...) aglomeração de pessoas (...) e falta de isolamento dos enfermos”.<sup>21</sup> Situação que se agravava no verão com a chegada das chuvas, calor e doenças tropicais:

Infelizmente para nós, a época em que da Itália é mais fácil a emigração e do melhor elemento, é justamente a pior para serem aqui recebidos e collocados os colonos; corresponde aos mezes de novembro a fevereiro, época em que são mais intensos o calor e a chuva e em que há menos procura de immigrants por parte dos lavradores.<sup>22</sup>

De acordo com o relatório do Dr. Nicolau B. da Gama Cerqueira redigido a 05 de março de 1895, o quadro da Hospedaria era caótico. Nela carecia de tudo: hospital, enfermaria e enfermeiro, farmácia e farmacêutico, cemitério, pintura, drenagem, necrotério, lavanderia, a divisão dos cômodos era inadequada, pouca água, as latrinas mal feitas e mal situadas. Sua

---

<sup>19</sup> MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1895, p. 386.

<sup>20</sup> Idem. 1894, p. 69.

<sup>21</sup> Idem. 1895. Quarta Parte, p. 369. Para descrição pormenorizada das condições da Hospedaria de Juiz de Fora, confira o Anexo F, pp. 2-23.

<sup>22</sup> Idem. 1898, p. 75.

capacidade real era de, no máximo, 400 a 450 pessoas; mas, chegou a acolher até 2.500 como em novembro de 1897.<sup>23</sup>

Na epidemia que perdurou de dezembro de 1894 a março de 1895, em apenas um mês, 79 indivíduos foram atacados de cólera, falecendo 36 (45,56%). Algumas crianças já chegavam acometidas de “sarampão” ao qual se deve acrescentar a desnutrição e afecções intestinais. Aquelas em idade de amamentação sofriam com a queda ou supressão da lactação materna devido à desnutrição e fadiga da travessia. Os mortos eram enterrados em cova única no cemitério Municipal da cidade.

No ano de 1896, enfim o governo concluiu diversas obras emergenciais, tais como o refeitório (com capacidade para 1.200 pessoas), o muro, encanamento d’água, poço, casa de bomba, enfermaria e esgotos. Medidas que não solucionaram os problemas, pois sucessivas remessas de imigrantes seguiam umas às outras e com elas novas epidemias como a Sarampão em 1896, difteria e varíola em 1897 que explodiram nos meses de junho e outubro. As 3.000 receitas aviadas na farmácia confirmam as más condições sanitárias do estabelecimento.<sup>24</sup> As crianças eram as mais fáceis vítimas de outras moléstias como a atrepsia e a gastroenterite, haja vista que chegavam debilitadas pelo excessivo calor e pela falta de aleitamento materno que obrigava as mães a alimentá-las artificialmente com leite de má qualidade.<sup>25</sup>

No relatório datado de 30 de janeiro de 1897, o médico Belisario Augusto de Oliveira Penna deixa transparecer a má impressão que o local lhe causou, pois continuava sem o hospital, sem água suficiente “barrenta e lodosa”, as três únicas latrinas a exalar mau cheiro “a bem grande distancia”, sem lavanderia e sem cemitério exclusivo para os imigrantes.<sup>26</sup> O hospital, “provido de material insuficiente” e outras obras (esgoto com manilhas, caixa d’água e enfermaria com farmácia foram executadas meses depois).

Os sobreviventes da dupla travessia – atlântica e terrestre – eram então conduzidos ao destino final. A melhor época para a localização dos imigrantes enviados à agricultura era durante os meses de abril a setembro, devido à colheita de café e também porque ocorre a redução da incidência de “febres palustres” no litoral. Mas, nas embarcações vinham também aqueles destinados às empresas auríferas de Minas que não precisavam observar a sazonalidade agrícola.

---

<sup>23</sup> Idem. 1898. Anexo F: Hospedaria de Imigrantes de Juiz de Fora, p. 3-23.

<sup>24</sup> SOUZA, Francisco Emílio de. Anexo F - Relatório do Administrador da Imigração de Juiz de Fora. In: MINAS GERAES. Inspeção de Terras e Colonização. *Relatório apresentado ao Secretário de Estado da Agricultura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1898, p. 275s.

<sup>25</sup> Relatório do Dr. Belisário Augusto de Oliveira Penna - Juiz de Fora, 30 de janeiro de 1897. In: MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Secretário de Estado da Agricultura do Estado de Minas Geraes pelo inspetor de Terras e Colonização*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Geraes. 1897, p. 167. Veja também o Mappa Estatístico das Enfermarias durante o anno de 1896, p. 169.

<sup>26</sup> Idem. 1896, p. 166.

Quanto à nacionalidade dos imigrantes introduzidos, os italianos sobrepujaram numericamente às outras. As razões para isso é que eram considerados pelos proprietários como “profundamente religiosos”,<sup>27</sup> e preferíveis aos espanhóis “pela sua índole menos agitada”.<sup>28</sup> Já os alemães e suíços “afeiçoam-se ao paiz onde adquirem propriedade são, pode-se dizer que na sua totalidade, mais estimados, mais ordeiros e dotados de grande energia”<sup>29</sup> - o lema protestante *bete und arbeite* (ora e trabalha) estava profundamente arraigado em seus espíritos. No campo das confissões religiosas, de forma geral, poucos imigrantes apresentaram-se como “acatholicos” - apenas 40 em 1897, contra 17.538 que se confessaram católicos.

Dentre os italianos, os procedentes do norte eram mais bem aceitos. Havia “certa desconfiança relativamente aos que emigraram do sul”.<sup>30</sup> Desta região procediam geralmente “os pequenos commerciantes, os artistas ambulantes, os que exercem nas cidades as profissões mais humildes, os que não são agricultores”;<sup>31</sup> ou seja, os “operários de toda sorte”. Outras vantagens contribuíram para a escolha dos italianos, como “a corrente já de longo tempo estabelecida para a América do Sul (...) a comunidade da raça e da religião e a simelhança da língua, tornam fácilimo o alliciamento dos immigrants”.<sup>32</sup>

Havia também explícita preferência por agricultores, pois do total apenas “5% de cada expedição poderá ser de operários de artes mechanicas ou industriaes, trabalhadores aptos para a construção de ferrovias”.<sup>33</sup> Quanto ao estado civil, os solteiros só podiam seguir “com auctorização especial do superintendente ou de seu encarregado”.<sup>34</sup> Por fim, cumpre lembrar que

---

<sup>27</sup> Relatório do fiscal do 1º distrito de imigração. In: MINAS GERAES. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1894. Anexo B, p. 71.

<sup>28</sup> Relatório do fiscal do 2º distrito de imigração, Nominato José de Souza Lima. In: MINAS GERAES. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Relatório apresentado ao Presidente do Estado*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1894. Anexo B, p. 75. Foi com os espanhóis que George Chalmers da *St. John d'el Rey Mining Company* enfrentou mais problemas em sua administração, a ponto de planejar substituí-los por maquinismos automáticos e mineiros córnicos – Cf. *RIMG*. 30 de dezembro de 1897, Anno V, n. 36, p. 168.

<sup>29</sup> Idem, p. 75.

<sup>30</sup> PRATES, Carlos. Relatório do Inspetor de Terras e colonização. In: MINAS GERAES. Relatório apresentado ao Dr. Secretário de Estado da Agricultura do Estado de Minas Geraes pelo inspector de Terras e Colonização Dr. Carlos Prates, em 1897. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1897, p. 93.

<sup>31</sup> Idem, p. 93.

<sup>32</sup> MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais, 1897, p. 159.

<sup>33</sup> MINAS GERAES. Inspetoria de Terras e Colonização. *Relatório apresentado ao Secretário de Estado da Agricultura*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1898, p. 90.

<sup>34</sup> Idem, p. 90. Sobre a composição etária e civil dos imigrantes alojados na hospedaria Horta Barbosa de Juiz de Fora, veja o texto de BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; BRAGA, Mariângela Porto; ANDRADE, Cristiana Viegas de. Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX. In: *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo: vol. 7, n. 54, p. 155-176, 2007. Neste artigo os autores não fazem qualquer referência aos imigrantes que se destinaram para as minas inglesas, levando a crer, enganosamente, que foram ocupados apenas nas fazendas de café e núcleos coloniais.



alguns imigrantes europeus deslocavam-se para Minas oriundos de outros Estados brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro.

A plurinacionalidade adotada pelo Estado era observada por objetivos de estratégia política que considerava importante evitar o perigo que o exclusivismo de uma nacionalidade poderia trazer para a ordem e tranquilidade públicas, quando acidentes diplomáticos excitam o sentimento patriótico.<sup>35</sup> Em 1915, o então Presidente da Província de Minas, Delfim Moreira, declarou que:

De minha parte, não me animo a tomar a responsabilidade de introduzir imigrantes que não se deixam caldear e absorver, procurando constituir um prolongamento do paiz de origem e cujo cruzamento com a raça brasileira, 'já por demais confusa' no dizer de Pedro II, seria altamente inconveniente.<sup>36</sup>

A primeira introdução oficialmente documentada de imigrantes estrangeiros na *The Ouro Preto Gold Mines* nesta segunda fase ocorreu em 1894 (**anexos 1 e 2**). A maioria destes imigrantes foi introduzida justamente no difícil mês de novembro. Embora o primeiro registro devidamente documentado do envio de imigrantes italianos para a Mina da Passagem nesta segunda fase date de 1894, encontramos no relatório de Gifford redigido em agosto de 1891 a seguinte informação:

To obtain an adequate supply of labour has been a constant source of anxiety, for if in times past the supply was somewhat scarce, it is doubly so now since the recent flood of speculation has created new works and enterprises of all descriptions throughout the country. Native labour is very scarce and precarious, and it is only by the employment of a large force of Italian miners and labourers (of whom we have about 200) that the mine can be kept going. Immigrants are constantly arriving, but are immediately employed near the coast at higher rates of wages by new concerns, and it is with great difficulty that we can maintain a proper working staff.<sup>37</sup>

A pequena Jess presenciou a chegada de imigrantes italianos em 1892 anotou que:

When the Italian immigrants arrived they were a sad sight, dozens of them, mothers with babies and small children walked from Ouro Preto to Passagem (8 miles?) in the sweltering sun and dusty roads. They were dirty and exhausted and sat on the cobbles outside our house. We took them some water, coffee, cakes and the English got

---

<sup>35</sup> RIMG. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes. 15 de agosto e 15 de setembro de 1896, Anno III, n. 20 e 21, p. 240.

<sup>36</sup> MINAS GERAIS. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, presidente do Estado de Minas Geraes pelo Secretário da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas, no anno de 1915. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes. 1913, 1º vol., p. 44.

<sup>37</sup> "Tem sido uma fonte constante de ansiedade obter uma oferta adequada de trabalho, por vezes, se no passado, a oferta era algo raro, é duplamente então agora já que a recente avalanche de especulações criou novas obras e empresas de todos os tipos em todo o país. O trabalho nacional é muito escasso e precário, e é somente através do emprego de uma grande força dos mineiros e dos trabalhadores italianos (dos quais temos cerca de 200) que a mina pode ser mantida como vai. Os imigrantes estão constantemente chegando, mas são imediatamente contratados junto à costa com altos salários nos novos empreendimentos, e é com grande dificuldade que podemos manter um bom contingente de trabalhadores" - AR. Agosto de 1891, p. 34s.

accommodation and food for them. One day, many years after Father died, a rich Italian contractor told us when he arrived with some other young fellows at one of the stations, they were penniless in a strange country, not knowing what to do or where to go. An English gentleman came to them, hearing their tale, gave them a chit to take to the hotel and money for a nights lodgings and passage to Passagem, where they could get work. The Italians did not forget, but Father never mentioned it.<sup>38</sup>

Esta mesma inglesinha informa uma das ocupações exercidas pelas imigrantes em Passagem de Mariana. A casa inglesa, além do serviço de um jardineiro negro alforriado por Mr. Martin, contava também com os serviços de uma negra e, depois da chegada dos imigrantes europeus, com “a Bohemian maid called Anna whom we loved she was so kind (...). We were very sorry when she went back to Europe”.<sup>39</sup> A chegada das imigrantes européias pobres em Passagem, como Anna, proporcionou aos ingleses a possibilidade de convívio no lar com mulheres, provavelmente mais aceitáveis para o trato das crianças. Mulheres mais próximas ao “padrão europeu”.

Através do **Decreto Federal n. 6.455, de 19 de abril de 1907** o serviço de imigração passou a cargo da União, sendo que a chegada dos imigrantes já vinha decrescendo há alguns anos, devido à supressão de passagens gratuitas pelo governo de Minas. Em 1909 foram introduzidos apenas 136 imigrantes por conta do Estado; destes, somente 2 se destinaram para Passagem. Ainda não foi possível encontrar nos arquivos os requerimentos de imigrantes feitos pela Mina da Passagem, a partir da fase sob controle federal.

Após sucessivos decréscimos, em 1913 o governo constatou: “é facto que, de tempos para cá, nenhuma corrente de immigrants, expontanea ou subvencionada, tem se encaminhado para o Estado”.<sup>40</sup> No ano seguinte, a conflagração mundial restringiu a imigração européia para o Brasil. De 1910 a 1917 computou-se a entrada de 6.682 imigrantes em Minas. Em 1929 este número caiu a 186.

---

<sup>38</sup> “Quando os imigrantes italianos chegaram, eles eram uma visão da tristeza, eram dezenas, mães com crianças pequenas e de colo caminharam de Ouro Preto até Passagem de Mariana (8 milhas ou 6,7 km) sob um sol escaldante e sobre estradas empoeiradas. Eles estavam sujos e exaustos e se sentaram nas pedras de fora da nossa casa. Nós demos-lhes água, café, bolos e os Ingleses os acomodaram. Um dia, muitos anos depois da morte do meu pai, um contratador italiano muito rico, que chegara à estação com mais alguns companheiros mais jovem, nos disse que estava sem um centavo em um país estranho, sem saber para onde ir e o que fazer. Um senhor inglês se aproximou deles ao ouvir o que diziam, deu a eles um papel para irem ao hotel, algum dinheiro para alojamento e passagem para Passagem de Mariana, onde poderiam trabalhar. Os Italianos não se esqueceram, mas meu pai nunca mencionou o acontecido” - *AJM*. Acervo do autor. S.d. s.p.

<sup>39</sup> “uma empregada da Bohemia chamada Anna, a quem nós amávamos. Ela era ótima (...) Ficamos muito tristes quando ela voltou para a Europa”. Tradução Nossa. *AJM*. Acervo do autor. S.d. s.p.

<sup>40</sup> MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado de Minas Geraes pelo Secretário de Estado de Negócios da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas, no anno de 1913*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes. 1913, p. 8.

## ANEXO 1 - Estatística de pedidos de imigrantes no Estado durante o anno de 1894

Número de ordem dos pedidos	Quantidade de imigrantes	Nacionalidade	Signatário do pedido	Estabelecimento a que se destinam os imigrantes	Município	Data do pedido	Data da ordem de introdução	Observações
56	4 indivíduos, família de Miguel Quartalio	Italianos	Superintendente da Companhia de mineração da Passagem	Companhia de Mineração	Mariana	14/08/1894	24/08/1894	Pessoas da família de empregado da Companhia
57	3 indivíduos, família de Antônio Grego	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
58	3 indivíduos, família de Luiz Rosa	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
59	4 indivíduos, família de Salvador Respo	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
60	2 indivíduos, família de Nic. Zupa	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
61	1 indivíduo, família de S. Poncio	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
62	2 indivíduos, família de Miguel Dechico	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
63	3 indivíduos, família de Visoni Baluta	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
64*	8 indivíduos	Idem	Alfonso Santoro	Idem	Idem	Idem	27/08/1894	Pessoas de sua família
65*	2 indivíduos	Idem	Gaiga Francisco	Idem	Idem	11/08/1894	27/08/1894	Idem
128	11 indivíduos	Idem	Director da Companhia de Mineração da Passagem	Mineração	Idem	02/10/1894	15/10/1894	Chamados por empregados da Companhia
129	30 indivíduos	.....	O mesmo director	Idem	Idem	Idem	.....	Auctorizou-se o fornecimento na hospedaria
141	31 indivíduos	Austríacos	João J. Martins, director da Companhia de Mineração da Passagem	Idem	Idem	31/10/1894	08/11/1894	Chamados por parentes empregados na mesma Companhia
157	3 indivíduos	Italianos	Pedro Muzetti	.....	Idem	22/11/1894	28/11/1894	Chamados por parentes
<b>Total</b>	<b>97**</b>							

Repartição de terras e colonização, 20 de fevereiro de 1895. – O chefe da 1ª secção, Luiz José de Oliveira.

\* O documento não informa que vieram para a Mina da Passagem, apenas para Mariana. \*\* Excluídos aqueles dos números de ordem 64 e 65.

Fonte: MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais, 1895. Vol. II. Anexos, pp. 70ss

**Anexo 2 – Hospedaria de Immigrantes de Juiz de Fora. Mappa Demonstrativo do Número de Immigrantes Recolhidos a esta Hospedaria e Distribuídos por Agricultores do 1º Distrito de Immigração, no Mez de Setembro de 1894 de Conformidade com os Pedidos Encaminhados pelo Respectivo Fiscal.**

Nome	Idade	Número das pessoas da família	Estado	Nacio - nalidade	Religião	Profissão	Proce - dência	Nome do navio	Data chegada	Data Sahida	Destino Logar	Nomes do Com - tractante
Motteran Ottino	37	6	casado	Italiana	Catholica	Agricultor	Gênova	Colombo	09/11/1894	16/11/1894	Ouro Preto	Passagem
Ferragutti Leandro	45	3	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Munaran Antonio	37	5	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Calvagni Luigi	34	3	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Viotto Francesco	24	1	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Fontana Giovanni	33	6	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Arielo Luigi	21	1	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Lorenzale Giovanni	45	4	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Ameri Luigi	45	6	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Battaglinio Francesco	27	11	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Alaoti Pietro	41	2	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Cuniati Maddalenna	82	5	Viúva	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Saracco Carlo	42	4	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Sguizzardi Antonio	56	5	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
Masiero Luigi	25	1										
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>63</b>	<b>Sub-total: 78</b>									

Conferido. – Juiz de Fora, 2 de janeiro de 1895 – Estevam de Oliveira

Fonte: MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commércio e Obras Públicas*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Gerais. 1895. Vol. II. Anexo A – Relatório do 1º Districto de Immigrantes, pp. 14ss.